

A ESCOLARIZAÇÃO DO ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REGISTROS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
THE SCHOOLARIZATION OF STUDENTS WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: SCIENTIFIC PRODUCTION RECORDS

Julia Dantas Martins Baunilia¹; Maria Luisa Marques da Silva Amorim²; Juliana Vechetti Mantovani Cavallante³

¹Egressa do curso de Pedagogia do Centro Universitário Sagrado Coração- Bauru- São Paulo- julia.baunilia@gmail.com

²Egressa do curso de Pedagogia do Centro Universitário Sagrado Coração- Bauru- São Paulo- jaluamorim72@gmail.com

³Terapeuta Ocupacional CREFITO 3/5985 – TO, especialização em Educação Especial PUC de Campinas, Mestrado em Educação PUC de Campinas. Doutorado em Educação Especial - UFSCar, São Carlos- Bauru-São Paulo e docente da Área de Ciências Humanas e Sociais do Unisagrado - tojulianamantovani@gmail.com

Data de envio: 15/10/2020

Data de aceite: 30/04/2021

RESUMO

Por meio de um mapeamento da produção científica, que consiste no estudo de artigos já publicados, o presente trabalho tem o objetivo de analisar como a escolarização do estudante com transtorno do espectro autista tem sido abordada na literatura científica. Nessa direção, foram analisados os periódicos da Red de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal – *Redalyc*, nos anos de 2014 a 2019. Os resultados revelam que há pesquisas que discutem a escolarização do estudante autista e todas as identificadas foram desenvolvidas em universidades públicas. Nota-se que ainda é necessário intensificar os estudos sobre o ensino e escolarização de estudantes com Transtornos do Espectro Autista, assim como, sobre sua trajetória escolar.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Ensino. Escola.

ABSTRACT

By mapping the scientific production, which consists of studying articles already published, this paper analyzes how the scientific literature has addressed the schooling of students with Autism spectrum disorder. We analyzed the journals of the *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal – Redalyc*, published from 2014 to 2019. Results demonstrate there are studies discussing the schooling of autistic students, and those identified were carried out in public universities. Therefore, it is necessary to intensify academic studies regarding the teaching and schooling of students with Autism spectrum disorder and their school trajectory.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder. Teaching. School.

INTRODUÇÃO

A escolarização de estudantes público alvo da educação especial constitui uma temática que compõe a pauta de muitos debates. Quando o Transtorno do Espectro Autista é abordado, nota-se uma abrangente preocupação que vai desde o diagnóstico até o ensino. Assim, nota-se que ao longo do tempo, surgiram vários conceitos para explicar suas características, um dos pioneiros nesse estudo foi Leo Kanner, o primeiro que utilizou o termo autista e apontou as seguintes características: inabilidade em desenvolver relacionamentos com pessoas; atraso na aquisição da linguagem; o uso não comunicativo da linguagem após o seu desenvolvimento; tendência à repetição da fala do outro; uso reverso de pronomes; brincadeiras repetitivas e estereotipadas; insistência obsessiva na manutenção da “mesmice”(rotinas rígidas e um padrão restrito de interesses peculiares); falta de imaginação; boa memória mecânica; e aparência física normal. (KANNER, 1971).

A Constituição Federal de 1988, foi um dos marcos para a Educação Inclusiva, reafirmou que as pessoas com alguma deficiência não podiam mais sofrer discriminação e nem estarem submetidas a ações e práticas segregacionistas. Nessa direção, a Lei n 13.146/2015, que determina os princípios do Estatuto da Pessoa com Deficiência, firma no Artigo 8:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015).

O artigo acima mencionado determina o direito da pessoa com deficiência às condições de vida dignas. Quanto à escolarização no ensino regular das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, destaca-se a promulgação da Lei Berenice Piana nº 12.764/12, a qual assegura o direito das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012) . Contudo, mesmo com avanços, ainda há elementos dificultadores no ensino, expressos pela ausência do conhecimento sobre a realidade enfrentada pelas pessoas com autismo. Algumas pesquisas apontam que é fundamental que os docentes e as escolas tenham um embasamento científico para o desenvolvimento de ações inclusivas. Destas discussões teóricas, surgem dúvidas, como: toda pessoa com autismo se escolariza? Como suas trajetórias escolares vêm sendo abordadas? Onde?

O presente artigo tem o objetivo de analisar como a escolarização do estudante com transtorno do espectro autista tem sido abordada na literatura científica, sendo embasado por meio de uma revisão de literatura, que consiste em uma análise documental sobre artigos já publicados envolvendo esse tema (SILVA; MENEZES, 2005).

Logo, o artigo foi segmentado em três momentos: as principais características do transtorno do espectro autista, o direito de se escolarizar e a apresentação da pesquisa realizada na base de dados da *Redalyc*.

MÉTODO

O presente artigo foi realizado a partir de uma revisão de literatura, os quais foram analisados periódicos da Red de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal – *Redalyc*, entre os anos de 2014 a 2019, cujo para o mapeamento da produção deste artigo foram selecionados seis periódicos. O desenvolvimento do artigo foi realizado em três tópicos, cujo primeiro tópico aborda uma breve discussão sobre o estudo conceitual do transtorno do espectro autista; o segundo aborda os direitos que o aluno com transtorno do espectro autista tem dentro da vida escolar; já o terceiro resalta como é a inclusão do aluno autista dentro das escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BREVE ESTUDO CONCEITUAL

O Transtorno do Espectro Autista, só passou a ser considerado um quadro clínico a partir de 1943, pelo psiquiatra Leo Kanner, o qual observou um grupo de crianças com as mesmas características, de dois a oito anos de idade. Por meio desse estudo ele pôde distinguir o quadro autista da psicose infantil e esquizofrenia. Segundo Michael Rutter, uma das principais características desse transtorno é a inaptidão de se desenvolver em relacionamentos; retraimento do mundo em que vive; problemas na aquisição da linguagem; repetição de uma rotina com os mesmos costumes (RUTTER, 1978).

Segundo Ulliane (2016), os autistas são classificados conforme o grau de necessidade de apoio, sendo nomeados como: autista severo, autista moderado e autista leve. O grau três, considerado, autista severo, apresenta problemas motores chamados de movimentos estereotipados, sensoriais, sensibilidade exagerada, dificuldade com as mesmices do dia a dia, são dependentes e apresentam complicações graves para se comunicar e não expressam com frequências suas emoções, o que dificulta a compreensão entre o autista e seu apoio. Autista moderado, grau dois, contém essas mesmas dificuldades, porém não são tão intensas quanto o grau três. Autista leve, grau um, tem problemas com suas próprias organizações, dificuldade em comunicação, porém conseguem

ter uma interação social, o que dificulta na sua total independência (ULLIANE, 2016).

Conforme as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), o diagnóstico se dá por uma equipe multidisciplinar, a qual adentra psicólogos, fonoaudiólogos e pedagogos, sendo especializado na educação especial, ou um psicopedagogo. As avaliações necessárias são feitas por eles, englobando entrevistas com os familiares e o portador da deficiência, exames laboratoriais, exames físicos, para assim avaliar os aspectos de comunicação, linguístico, grau de elevação do transtorno, interação familiar e social (BRASIL, 2014).

Para Cardoso e Françoço (2015) em pesquisa desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) é de fundamental importância com que a criança tenha um acompanhamento familiar, para frequentar as terapias realizadas a fim de ajudá-los, a saber, lidar com determinadas situações e até mesmo desenvolver relações adequadas, pois o primeiro contato do autista vai ser sempre a família. O papel dos pais é principal para que o portador do transtorno do espectro autista tenha êxito em suas relações, por isso, é necessário com que os pais façam anotações sobre o comportamento dos seus filhos para apresentá-los a equipe multidisciplinar e assim, junto trabalharem esses desafios para o melhor desenvolvimento do autista. (CARDOSO; FRANÇOZO, 2015)

O DIREITO DO ESTUDANTE COM AUTISMO DE SE ESCOLARIZAR

Se escolarizar, é um direito de toda pessoa com deficiência. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o capítulo IV, art.27, determina que:

Art.27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a educação escolar é um direito garantido. Ofertando materiais necessários, professores qualificados, professor apoio e instituições preparadas. A escolarização desses alunos deve ser integrada tanto na vida acadêmica, quanto no relacionamento entre professor e demais estudantes. A escola deve promover um ensino para todos. Para que as práticas pedagógicas tenham êxito na vida do estudante, é fundamental que o docente trabalhe com o aluno de acordo com o currículo fundamentado no Plano Educacional Individualizado, com o intuito de traçar um objetivo de aprendizagem e alcançar o desenvolvimento pleno dos estudantes com deficiência.

As práticas devem ser de modo individualizado, de acordo com as necessidades do seu aluno, o professor precisa fazer com que o ensino seja claro e objetivo e que cada grau de autismo precisa de uma melhor solução educativa (CATALÃO, 2017). Portanto, o docente precisa utilizar o método de ensino baseado na construção de conhecimentos, a fim de proporcionar uma educação de qualidade. Porém o ensino regular da educação brasileira, é falho, pois a nossa atual educação proporciona um ensino homogêneo, baseado no método de aprendizagem onde todos os alunos aprendem da mesma maneira.

Para que o docente tenha condições de ensino é fundamental que ele tenha uma formação adequada, contemplando a educação especial. É necessário com que ele reconheça as características do aluno portador do transtorno do espectro autista, para assim, providenciar práticas eficientes e individualizadas, em vista do desenvolvimento do seu aluno nas relações, envolvendo a aprendizagem no âmbito escolar, como relata o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Capítulo IV, art. 28

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino. (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, capítulo IV, art. 28, assegura:

X- adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2015).

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Foram analisados os periódicos da Red de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal – Redalyc, nos anos de 2014 a 2019.

Quadro 1 – Pesquisa realizada na base de dados da Red de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal – *Redalyc*, nos anos de 2014 a 2019

TÍTULO	AUTORES	ANO	LOCAL	OBJETIVO	MÉTODO
A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na educação infantil	Moraes Octavio, Ana Julia; Alves Evaristo, Ana Luísa; Marques de Carvalho, Bianca; Fernandes Fantacini, Renata Andrea	2019	Universidade Federal de Itajubá, Brasil	Compreender a importância do aluno com TEA na Educação Infantil.	Pesquisa bibliográfica (revisão de literatura)
O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina – PI	Brunna Stella da Silva Carvalho Lilian Ferreira do Nascimento	2015	Universidade Federal de Santa Maria-Brasil	Identificar a realidade das escolas particulares de Teresina – PI e a inclusão de crianças autistas dentro de tal ambiente.	Estudo de campo (realizadas as entrevistas semi-estruturadas, compostas por 19
A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental	Graziele Cristina Teodoro; Maíra Cássia Santos Godinho	2016	Universidade Federal de Itajubá, Brasil	Refletir sobre as possibilidades de inclusão do aluno com Transtorno de Espectro Autista	Pesquisa bibliográfica, por meio de livros, políticas de educação inclusiva e artigos.

Transtornos Globais do Desenvolvimento e Escolarização: o conhecimento em perspectiva	Carla K. Vasques Claudio Roberto Baptista	2014	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil	Analisar o desenvolvimento e a escolarização dos alunos com transtorno do espectro autista	Pesquisas bibliográficas, por meio de livros, artigos, entre outros.
Práticas pedagógicas para a inclusão e a diversidade	Jessica de Brito Rosimeire Maria Orlando	2015	Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil	Ressaltar diante de uma resenha de um livro a importância das práticas pedagógicas para a inclusão e a diversidade	Resenha do livro Práticas pedagógicas para inclusão e a diversidade, organizado pelo autor Eugênio Cunha
A inclusão escolar nas autobiografias de autistas	Marina Bialer	2015	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e	Estudar as experiências educativas de autistas falantes e não falantes e de baixo e alto	Análise qualitativa à questão da inclusão escolar no campo do autismo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados presentes na tabela acima correspondem a uma pesquisa realizada no site Redalyc, onde foram selecionados seis artigos que tiveram sua publicação entre os anos de 2014 e 2019.

Dentre os trabalhos selecionados foi possível verificar, que o tema central, gira

em torno da inclusão dos alunos com transtorno do espectro autista no âmbito escolar. Já os objetivos, são variados, desde a reflexão relacionada à inclusão do aluno especial, no ambiente escolar até mesmo analisar o desenvolvimento e a escolarização dos alunos com transtorno do espectro autista

Na pesquisa realizada destaca-se a palavra inclusão e o processo da inclusão nas escolas, ou seja, a escolarização desses alunos. Para Vasques e Baptista (2014), a escolarização deve respeitar o sujeito e o seu processo, pois ninguém aprende ou se desenvolve de maneira igual. Entende-se que para a escolarização desses alunos é necessário identificar, avaliar e descrever comportamentos com a finalidade de definir planos de ensino e metas de aprendizagem (VASQUES, 2014) e contemplar habilidades como a afetividade; socialização, ludicidade; linguagem, comunicação, psicomotricidade; música e arte a fim de superar suas dificuldades. (BRITO, 2015) Brito e Orlando (2015) afirmam que, para desenvolver a escolarização desses alunos é preciso um trabalho coletivo entre a escola, família e sociedade. A equipe escolar precisa estar amparada pelo currículo inclusivo que irá abranger os aspectos sociais e cognitivos, tendo como ponto de partida, a vida particular dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões, fica evidente o quanto há uma defasagem do ensino brasileiro para as pessoas portadoras do transtorno do espectro autista, cujo ensino é baseado em uma aprendizagem homogênea, a qual busca um ensino igualitário para todos e que ambos aprendam da mesma maneira. A inclusão desses alunos ocorre de forma lenta, prejudicando o seu desenvolvimento e a sua plena participação na sociedade.

O ambiente escolar é indispensável para os alunos com TEA, pois é na escola que ele irá socializar com outros indivíduos, estimulando a interação com novos grupos sociais, possibilitando assim um desenvolvimento favorável e significativo.

O docente tem um papel muito importante na escolarização desses alunos, ele deve analisar as dificuldades de cada aluno, a fim de superá-la, promover uma educação que concilie a prática e a teoria ao mesmo tempo, visando a construção do conhecimento de cada aluno. A família tem um papel fundamental no desenvolvimento desses alunos, sendo que a maior parte do tempo, as crianças passam com elas, portanto é fundamental que os pais acompanhem os filhos, façam sempre observações e procurem sempre trabalhar em conjunto com a equipe multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf> Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm> Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 13 maio 2018. Publicado no Diário no Diário Oficial da União em: 28 Dez. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 12 maio 2018. Publicado no Diário no Diário Oficial da União em: 7 set. 2015.

CARDOSO, M. F.; FRANÇOZO, M. F. C. Jovens irmãos de autistas: expectativas, sentimentos e convívio. **Periódicos**, Santa Maria-RS, Vol. 41, n. 2, Jul./Dez, p.88- 89, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/viewFile/15338/pdf_1>. Acesso em: 15 maio 2018.

CATALÃO, C. Autismo e educação : a importância de respostas humanizadas. **Diversa educação inclusiva na prática**, 2017. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/autismo-e-educacao-a-importancia-de-respostas-humanizadas/>> Acesso em: 11 maio 2018.

KANNER, L. Follow-up Study of Eleven Autistic Children Originally Reported. **Journal of Autism and Childhood Schizophrenia**, New York, v. 1, n. 2, p. 119-145, 1971. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/BF01537953>> Acesso em: 19 maio 2018.

RUTTER, M. Diagnosis and definitions of childhood autism. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, New York, v.8, n. 2, p. 139-161, 1978. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2FBF01537863.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ª Edição. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2005, p. 37. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/3212860/silva-edna-lucia--menezes-estera-muszkat--metodologia-da-pesquisa-e-elaboracao-d> >. Acesso em: 12 maio 2018.

ULIANE, C. Os 3 Graus do Autismo. **Carlauliane**, 2016. Disponível em: <http://carlauliane.com/2016/os-3-graus-do-autismo/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

VASQUES, C. K.; BAPTISTA, C. R. Transtornos Globais do Desenvolvimento e Escolarização: o conhecimento em perspectiva. **Educação & Realidade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil vol. 39, n. 3, p.665-685 ,Set. 2014. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317231340004> > Acesso em : 02 abril. 2021.

BRITO, J.; ORLANDO , R. M. Práticas pedagógicas para a inclusão e a diversidade. **Revista Educação Especial** Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil, vol. 28, n. 51, p. 239-241, Abr, 2015. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313132931018>> Acesso em : 02 abril. 2021.

UNO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Espanha. P.8-9, 1994. Disponível em :<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em:16 maio 2018.